

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

### Tomada de Posse da Inspectora Judicial

**Dr.<sup>a</sup> Maria Rosa Oliveira Tching**

27-11-2013

Em acto presidido por Sua Excelência o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura, Juiz Conselheiro António Silva Henriques Gaspar, tomou posse no dia 27 de Novembro de 2013, pelas 15:30 hr., como Inspectora Judicial da 2.<sup>a</sup> Área [cfr. [Deliberação \(extrato\) n.º 2224/2013, D.R. n.º 225, Série II de 20-11-2013](#)], a Exma. Senhora Juíza Desembargadora Dra. Maria Rosa Oliveiram Tching.

Usaram da palavra Sua Excelência o Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, Juiz Conselheiro António Joaquim Piçarra e a empossada.

 [Discurso proferido pela Exma. Senhora Inspectora Judicial](#)

#### Registo fotográfico:



# CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA



# CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA



- Excelentíssimo Senhor Juiz Conselheiro Presidente do Supremo Tribunal de

Justiça e do Conselho Superior da Magistratura;

- Excelentíssimo Senhor Juiz Conselheiro Vice-Presidente do Conselho

Superior da Magistratura;

- Excelentíssimos Senhores Vogais do Conselho Superior da Magistratura;

- Excelentíssimos Senhores Inspectores Judiciais;

- Excelentíssimo Senhor Juiz Secretário do Conselho Superior da Magistratura;

- Caros colegas;

- Minhas Senhoras e meus Senhores:

\*

Não podia deixar de começar por manifestar o meu agradecimento ao Conselho Superior da Magistratura pela confiança que depositou em mim para o desempenho das funções em que acabo de ser investida.

Não ignoro o peso das exigências e responsabilidades nem a dimensão dos desafios que este cargo encerra.

Se julgar não é tarefa fácil, “julgar” Juizes pelo seu desempenho afigura-se-me missão ainda mais difícil.

A Justiça portuguesa tornou-se nos dias de hoje, marcados por uma crise económica e por momentos de elevado nível de conflitualidade política e social, um alvo de críticas demasiado fácil.

Fundamentalmente, porque, como pilar da Democracia, passou a estar mais exposta às tensões políticas e sociais, dificilmente escapando às tentações de politização da justiça e de judicialização da política.

Diversos factores vêm tornando cada vez mais árduas as condições em que os juízes desempenham as suas funções, exercendo sobre eles uma considerável pressão a vários níveis.

Muitos são os analistas que procuram, no escrutínio da justiça, a explicação para os males económicos e sociais, transformando-a em bode expiatório.

Também não faltam os “juízes de ocasião” que, a partir de uma leitura superficial do processo, fomentam, no público, estados de opinião, influenciando a rejeição das decisões dos tribunais e, algumas vezes, contribuindo, até, para a sua ridicularização.

O crescente valor-notícia dos casos judiciais, tem facilitado o aparecimento de “opinantes” que, antecipando o desfecho dos processos com vista a satisfazerem a curiosidade do público, põem em causa não só a funcionalidade da Justiça como a sua credibilidade, abalando fortemente a confiança nas decisões dos Tribunais.

Muitas são as vozes que se levantam para afirmar que “a justiça não funciona”, que “não há justiça para todos”.

Cresce a tendência para colocar os Juizes no fim da consideração social.

A complexidade do momento presente, exige, assim, dos juizes que revelem a sua força perante todo este tipo de pressões.

E as armas de que dispõem para neutralizá-las consistem na responsabilidade e no elevado grau de exigência com que devem exercer o seu cargo.

A força dos Juizes será tanto maior quanto mais firme for a sua independência e mais ampla a sua liberdade de decisão.

Impõe-se, por isso, lembrar aos mais distraídos que, mesmo em situações de grande pressão, os Juizes conseguem decidir com imparcialidade, sabedoria, bom senso, experiência, equidade e com celeridade.

É imperioso tornar o discurso judicial mais compreensível para os cidadãos comuns, pois só assim os mesmos continuarão a acreditar, com convicção e fundamento, que “ainda há Juizes em Berlim”.

Excelências, adoptando a caracterização da situação contemporânea, proposta por Eduardo Lourenço, direi que não tenho a “poção mágica” para transformar a “vivência no seio da caoticidade” na sua “resplandecência”.

Mas tenho o empenho e a vontade suficientes para, com o meu trabalho e dedicação, poder dar o meu modesto contributo na conquista

de uma cada vez maior dignificação da Justiça, da Magistratura Judicial e dos Tribunais Portugueses.

Ao Conselho Superior da Magistratura o meu muito obrigada por me ter dado a oportunidade de participar nesta missão.

A todos o meu muito obrigada pela atenção dispensada.

Lisboa, 27 de Novembro de 2013